

Prezados.

A respeito da Tomada Pública de Contribuições Nº 02/2018, da Agência Nacional de Petróleo, a respeito da política setorial de venda de etanol das Usinas diretamente aos postos de combustíveis, temos as seguintes observações a fazer.

A preocupação da Receita Federal diz respeito exclusivamente ao aspecto tributário, de sua competência.

Sobre este prisma, esclareça-se que deliberação sobre alteração da forma de venda do álcool hidratado, hoje obrigatoriamente realizado via distribuidoras, tem repercussão na esfera tributária, vez que hoje a tributação é dividida entre a usina e a distribuidora. A opção pela tributação direta sem que se altere a lei tributária levará a um esvaziamento na tributação da parte da distribuidora que for substituída pela tributação direta.

Assim, eventual projeto de lei que sustar os efeitos da regulamentação do CNPQ ou alteração da própria resolução deve vir acompanhado de necessária e prévia adequação da legislação tributária, sem o que teremos não só uma renúncia fiscal elevada, mas prejuízo para a própria concorrência no setor, visto que a tributação sobre o produto é expressiva frente as margens de lucro, fazendo com que mudança significativa nesta relação possa trazer indução artificial nas modalidades de operação do setor de combustíveis, com prejuízos a sua eficiência econômica.

Atenciosamente

Fernando Mombelli
Coordenador-Geral de Tributação
Subsecretário de Tributação e Contencioso Substituto
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Fone:(61) 34122930